

05 AGO 1999
CONGRESSO

Projeto de ACM deixa para trás as reformas do governo federal

Lydia Medeiros

Da equipe do Correio

Os planos do governo para este semestre no Congresso podem ficar no papel ou nos discursos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Câmara e Senado elegeram prioridade o combate à pobreza e não a reforma da Previdência ou a Lei de Responsabilidade Fiscal que encabeçavam a lista do Executivo e do PSDB. "Lideranças da maior importância estão mais que nunca envolvidas numa solução para essa questão. Este é um tema de consenso no Congresso. Será discutido com seriedade, o que não impede que outras medidas sejam analisadas, como a reforma tributária", explicou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), depois de uma conversa no início da noite com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A nova pauta do Legislativo terá como palco uma comissão especial mista, requerida pelo PT, em acordo com Antonio Carlos, e aprovada ontem em sessão do Congresso, à noite. A comissão, segundo a líder do PT, senadora Marina Silva (AC), deve ser instalada na próxima semana e terá prazo de 90 dias para estudar projetos voltados à erradicação da miséria. Ao final, recomendará políticas públicas e listará as melhores propostas. "A idéia é evitar disputas da paternidade do projeto "X" ou do projeto "Y" e colocar o assunto na agenda do Congresso", disse Marina. A comissão terá representantes de todos os partidos.

Autor da polêmica proposta de criação de um fundo com recursos provenientes de impostos e novas contribuições, destinado a ações para acabar com a pobreza, o senador Antonio Carlos vai à tribuna hoje, às 11h, para mostrar que não desistirá de seus propósitos. Fará um discurso de cerca de 30 páginas para provar com números que as medidas tomadas até aqui para erradicar a miséria são insuficientes. O senador anunciará modificações em seu projeto, como a de desistir de taxar em 1% assalariados com renda acima de R\$ 2 mil mensais. Dirá ainda que sua proposta pretende apenas iniciar o debate.

O governador de São Paulo, Mário Covas, voz forte do PSDB, disse ser a favor de qualquer movimento para combater a pobreza, mas não dispensou a ironia: "Acho ótimo que gente que nunca falou sobre esse assunto antes esteja discutindo agora." Covas também reagiu com humor à tese de Jader, não defende o fim da sonegação e da elisão fiscal como instrumento para gerar recursos para programas sociais. "Combate à sonegação é preliminar para qualquer avanço da receita. O senador deve estar baseado em sua experiência como governador do Pará. Lá, ele deve ter acabado com a sonegação." Jader não gostou: "O governador de São Paulo tem que cuidar do governo dele. Do meu, quem dá conta é o povo do Pará".